



Recebimento: 07/2025

Aceite: 08/2025

# A luta pela terra na consolidação do território: a conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado

Gustavo Steinmetz Soares<sup>1\*</sup>  
Jorge Ramón Montenegro Gómez<sup>1</sup>

**Resumo:** A conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado em 2023, marcou uma caminhada de 8 anos de luta sem-terra no município de Castro (PR). A Fazenda Capão do Cipó, área da União usada na época de forma ilegal pelo agronegócio regional, ocupada por famílias sem-terra que construíram um projeto de produção de alimentos agroecológicos. Sem esperar o reconhecimento formal o colocaram em prática no primeiro dia, ou seja, buscaram a consolidação do seu território. Resistiram se organizando em cooperativa, regularizando a certificação da produção e atravessaram tempos em que o contexto nacional se transformou radicalmente contra a luta pela terra, com efeitos agudizados pela pandemia da Covid-19. Nesse período, entre 2020 e 2023, em parceria com o coletivo de extensão popular PLANTEAR (Planejamento Territorial e Assessoria Popular) da UFPR (Universidade Federal do Paraná) evidenciaram a potencialidade da consolidação do território na defesa e viabilidade da Reforma Agrária Popular. Quando o reconhecimento oficial aconteceu a comunidade já tinha um território consolidado, permeado por múltiplas relações da vida. Nesse sentido, esse texto traz o relato dessa experiência com uma proposta introdutória de discussão sobre luta pela terra através da consolidação do território.

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Maria Rosa do Contestado; Território; Reforma agrária popular; Extensão popular.

## The fight for land in the consolidation of the territory: the conquest of the Maria Rosa do Contestado Settlement

**Abstract:** The conquest of the Maria Rosa do Contestado Settlement in 2023 marked an eight-year struggle by landless people in the municipality of Castro, Paraná. In the Capão do Cipó Farm, a federally owned land used illegally by regional agribusiness, the families proposed an agroecological food production. Instead of waiting for formal recognition, they implemented it on day one, seeking to consolidate their territory. Thus, they resisted and continued to advance, organizing themselves into a cooperative, regularizing and certifying the production, and weathering times when the national context radically shifted against the struggle for land, with effects exacerbated by the COVID-19 pandemic. During this period, between 2020 and 2023, in partnership with the popular extension collective PLANTEAR (Territorial Planning and Popular Advisory) of UFPR (Federal University of Paraná), they highlighted the potential of territorial consolidation in the defense and viability of Popular Agrarian Reform. When official recognition occurred, the community already had a consolidated territory, permeated by multiple life relationships. In this sense, this text presents an account of this experience with an introductory proposal for a discussion on the struggle for land through territorial consolidation.

**Keywords:** Land struggle; Maria Rosa do Contestado; Territory; Popular agrarian reform; Popular extension.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Paraná- UFPR, Brasil. \*Autor correspondente: [guguibrow@gmail.com](mailto:guguibrow@gmail.com)

## Introdução

Em 7 de março de 2025, foi emitida a portaria 1.025 de 2025 que autoriza a criação do projeto de assentamento Maria Rosa do Contestado, para 63 unidades familiares, publicada no Diário Oficial da União, do dia 11 de março de 2025, Seção 1. Aproximadamente 10 anos depois da ocupação da Fazenda Capão do Cipó, no município de Castro (PR), inicia-se formalmente a implementação da Reforma Agrária com o reconhecimento de um projeto de produção agroecológica que criou uma alternativa ao agronegócio regional que é referência nacional da pecuária leiteira<sup>1</sup>. Iniciado como forma de pressionar o Estado pelo cumprimento da Constituição Federal na prioridade da Reforma Agrária em áreas da União, o acampamento Maria Rosa do Contestado aconteceu depois de anos de negociações, sem sucesso, entre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Paraná (MST-PR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Paraná (INCRA-PR) por uma área que estava ocupada ilegalmente pelo agronegócio regional.

A área, uma das inúmeras concessões históricas do Estado para incentivar a imigração europeia, neste caso para o estabelecimento de colonos holandeses dedicados à pecuária leiteira, estava, no momento da ocupação, em 2015, sendo usada de forma irregular pela Fundação ABC que mantinha na área experimentos de cultivo de soja e milho transgênico com uso de agrotóxicos e um Centro de Treinamento Pecuário (CTP). Em 1971, o Estado cedeu, por 20 anos, o uso não oneroso da área para a Fundação, sendo renovado por mais 10 anos, e, em 2001, esta fez uma subconcessão irregular para o CTP, configurando o uso ilegal. Somente em 2012, com a situação irregular constatada, a União promoveu a reintegração de posse com multa diária para a Fundação ABC<sup>2</sup>, nunca efetivadas. Em 2014, o INCRA-PR manifestou interesse sobre a área para fins de Reforma Agrária que, somente com a ocupação da Fazenda, daria os primeiros passos concretos de negociação para assentar as famílias acampadas.

Os integrantes do acampamento relatam (UEPG, 2017) que depois de aproximadamente 2 anos de reuniões e negociações com o INCRA-PR, sem nenhum sucesso, após 5 horas de acampamento montou-se uma mesa de negociação com a instituição, o MST-PR e a Fundação ABC. Iniciou assim o conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó, tendo de um lado o agronegócio regional da pecuária leiteira com a Fundação ABC e o CTP e, do outro lado, as famílias da comunidade Maria Rosa do Contestado organizadas pelo MST-PR.

<sup>1</sup>O município de Castro e seu vizinho, Carambeí, estão entre os 10 maiores municípios produtores de leite do Brasil.

<sup>2</sup>"instituição de caráter particular, sem fins lucrativos, que realiza pesquisa aplicada para desenvolver e adaptar novas tecnologias, com o objetivo de promover soluções tecnológicas para o agronegócio aos mais de 5 mil produtores rurais filiados das Cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal" (informação retirada do site da instituição. Disponível em: <https://fundacaoabc.org/quem-somos/>).

Como já apontava Fernandes (2000), mais de vinte anos atrás, os sem-terra, enquanto sujeitos da luta pela terra, ocupam áreas onde o “capital já se territorializou”. As disputas por porções do território – os assentamentos – configuram um processo de territorialização na conquista da “terra de trabalho” em oposição à “terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2000, p. 67).

Fabrini (2011), no mesmo sentido, ressalta que, com a conquista da terra, as lutas se espacializam e ocorre a territorialização camponesa, na qual o território passa a ser a base de organização dessas lutas, transformando-se em uma força para os movimentos sociais no campo. “As lutas camponesas se alimentam da força do território” (FABRINI, 2011, p. 102). Esse território conquistado, denominado território camponês, segundo o autor, potencializa dimensões como cooperação, solidariedade e igualdade, recuperando saberes perdidos durante a territorialização do latifúndio e resgatando valores comunitários, como a reciprocidade, a solidariedade e a produção de subsistência. O autor ressalta que o território está em disputa, visto que não há um controle absoluto sobre o espaço. “Nesse sentido, o território é um espaço em disputa em que uma classe se apresenta hegemônica, mas não detém o domínio total” (FABRINI, 2011, p. 102). Por meio de ocupações e acampamentos, os camponeses buscam criar fissuras nessa ordem dominante, abrindo caminho para sua resistência. Como afirma Roos (2012, p. 5), “através da organização, luta e resistência nos movimentos, os camponeses têm conquistado partes do território”.

A disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio expressa um conflito de classes no qual a hegemonia de cada grupo se materializa em formas distintas de apropriação do espaço. Segundo os autores citados, enquanto o território camponês se consolida através da conquista dos assentamentos - espaços de reprodução social, cooperação e resistência -, o território do Capital se afirma na lógica do latifúndio e da propriedade privada, bases da exploração pelo agronegócio. Como demonstram Fabrini (2011), Roos (2012) e Fernandes (2000; 2013), esse processo ocorre através de distintas fases de espacialização e territorialização: o acampamento representa o momento da luta e ocupação, marcado pela instabilidade e confronto; já o assentamento configura a fase de consolidação, onde se estabelecem novas relações sociais e produtivas.

A relação entre acampamento e instabilidade ou assentamento e consolidação, que os autores apontam, no caso da Comunidade Maria Rosa do Contestado não se dá dessa forma. Essa leitura sugere uma certa linearidade, na qual a efetivação da hegemonia camponesa só se completa com a conquista definitiva do território através do assentamento, que permite a reconfiguração das relações de poder no espaço. No entanto, mesmo consolidado, esse território permaneceria em constante tensão com a lógica dominante do Capital, revelando o caráter dinâmico e contraditório das territorialidades em disputa.

O caso acompanhado a partir da Comunidade Maria Rosa do Contestado, que se territorializa na Fazenda Capão do Cipó, mostra uma movimentação diferente, já que ainda não se encontra em uma situação de regularização de assentamento. Desde o primeiro momento, existe um processo de consolidação no território, como um instrumento de defesa da Reforma Agrária Popular (RAP) (MST, 2025), estabelecendo na área, desde o início do acampamento, um projeto de produção agroecológica. Esse caminho se diferencia de outras situações onde o acampamento resiste em barracões de lona preta sem necessariamente um projeto de organização espacial que antecipe o estabelecimento posterior na área. Se bem todos os acampamentos têm uma organização espacial, neste trabalho pretendemos mostrar a construção de um planejamento territorial autônomo, em parte executado durante o acampamento e em parte desenhado como uma possibilidade reconhecida posteriormente pelo INCRA.

Essa dinâmica foi percebida a partir da atuação do Coletivo PLANTEAR (Planejamento Territorial e Assessoria Popular), que reúne grupos de extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), demandado pelo MST-PR, na assessoria do conflito jurídico e na construção de um Planejamento Territorial Popular no acampamento. O PLANTEAR atuou no processo jurídico com a produção de estudos técnicos que buscavam aproximar a realidade do território, construído pela comunidade, da institucionalidade jurídica, causando movimentações importantes no processo, e fortalecendo a defesa da permanência da comunidade na área. Ao mesmo tempo, o coletivo PLANTEAR realizou o processo de planejamento territorial, algo que convencionalmente só ocorre com a implementação oficial do assentamento na construção dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA).

Toda a fundamentação que a realidade da construção do território forneceu na defesa da comunidade Maria Rosa do Contestado através de estudos técnicos e demanda do planejamento, sem esperar necessariamente a conquista da terra através do assentamento, evidenciou o esforço, e a potencialidade, de territorialização da RAP na Fazenda Capão do Cipó, na defesa e conquista do assentamento. Durante o processo jurídico os estudos técnicos ficaram caracterizados por trazer a realidade do território de forma sistematizada para as audiências de conciliação. Com a apresentação de um dos estudos (Pontes et al., 2020), que trazia os impactos sociais e ambientais positivos da comunidade na região e as evidências que o município precisava da Reforma Agrária, houve movimentações inéditas no âmbito jurídico do processo, com a ida do juiz do processo até a área<sup>3</sup> para conhecer o território, abrindo

<sup>3</sup>MST. Juiz federal visita acampamento agroecológico do MST em Castro, Paraná. 11 de novembro de 2020. Disponível em: [https://mst.org.br/2020/11/11/juiz-federal-visita-acampamento-agroecologico-do-mst-em-castro-parana/#:~:text=Juiz%20federal%20visita%20acampamento%20agroecol%C3%B3gico%20do%20MST%20em%20Castro%2C%20Paran%C3%A1,-Esta%20foi%20a%60text=O%20sol%20forte%20acompanhou%20a,sexta%2Dfeira%20\(6\)](https://mst.org.br/2020/11/11/juiz-federal-visita-acampamento-agroecologico-do-mst-em-castro-parana/#:~:text=Juiz%20federal%20visita%20acampamento%20agroecol%C3%B3gico%20do%20MST%20em%20Castro%2C%20Paran%C3%A1,-Esta%20foi%20a%60text=O%20sol%20forte%20acompanhou%20a,sexta%2Dfeira%20(6).). Acesso em: 09 maio 2024.

possibilidades para a mediação e defesa da permanência da comunidade na área.

Assim, a construção de um território de reforma agrária favoreceu a sua defesa, mostrando na prática a potencialidade da RAP. Em paralelo ao processo jurídico, o MST solicitou ao PLANTEAR a construção do planejamento territorial na área a fim de fortalecer a consolidação e organização das famílias no território. Com as famílias se distribuindo na área, ainda como acampamento, se demandava uma distribuição fundamentada no fortalecimento da produção agroecológica, organizando as áreas de moradia e quintais produtivos e áreas de produção coletiva. Mas também se demandou pensar os espaços comunitários de socialização.

O processo de Planejamento Territorial Popular se iniciou no segundo semestre de 2021, sendo finalizado no início de 2023. Com oficinas mensais na comunidade, foi dividido em duas fases, a primeira voltada à distribuição das moradias com quintais produtivos, áreas de reserva e produção coletiva, e a segunda voltada ao planejamento das áreas comunitárias. Ao final do processo foi entregue a todos os integrantes da comunidade e às instituições uma cartilha com o desenho territorial do projeto da Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado.

Destaca-se que o processo foi construído a partir da perspectiva da extensão popular e do planejamento popular (entendido como planejamento insurgente e militante), por isso chamamos de Planejamento Territorial Popular. Dessa forma, enquanto instrumento de organização territorial, se diferencia do planejamento convencional historicamente produzido na maior parte dos PDAs da política de Reforma Agrária.

### **Planejamento Territorial Popular da Comunidade Maria Rosa do Contestado**

Enquanto extensão popular, o processo abrange uma postura crítica ao modelo tradicional de universidade, que hierarquiza conhecimentos não-científicos. Rigotto, Leão e Melo (2018), Oliveira (2024) e Melo (2014) apontam para uma ruptura com a lógica de produção de conhecimento colonial e capitalista, inspirados em Paulo Freire, propondo uma relação horizontal entre universidade e comunidade, na perspectiva da emancipação de comunidades marginalizadas, reconhecendo seus saberes e fortalecendo suas lutas sociais.

Rigotto, Leão e Melo (2018) destacam como a universidade hegemônica invisibiliza conflitos e saberes contra-hegemônicos, muitas vezes rotulando-os como “não científicos”. Em contrapartida, a extensão popular valoriza a diversidade epistemológica, integrando conhecimentos acadêmicos, tradicionais, artísticos e afetivos em uma construção coletiva (ou uma coprodução) do saber. Essa perspectiva se aproxima da investigação-ação

participativa, em que pesquisadores e comunidades colaboram desde a definição dos problemas até a busca por soluções, superando a dicotomia sujeito-objeto.

O território ocupa um lugar fundamental nessa prática, não apenas como espaço geográfico, mas como campo de relações, conflitos e resistências. Oliveira (2024) fala em “geovivências” como experiências que unem aprendizado científico, humano e poético, onde conceitos ganham vida na interação com a realidade complexa. A extensão popular, portanto, não se limita a “levar conhecimento” às comunidades, mas sim a aprender com elas, reconhecendo seus modos de existência e suas estratégias de luta.

Além disso, assume um compromisso ético-político com a transformação social. Melo (2014) ressalta que essa prática deve ser contributiva ao exercício de uma cidadania crítica, indo além da assistência técnica para envolver-se nas lutas por direitos. Freire (1983) já alertava sobre os riscos da extensão rural tradicional, que impunha saberes técnicos sem dialogar com a realidade camponesa. Em contraste, a extensão popular propõe um “estar com” as comunidades, não como especialistas, mas como parceiros na construção de alternativas ao planejamento territorial hegemônico.

O planejamento, marcado por uma racionalidade técnica e hierárquica, frequentemente reproduz desigualdades e estruturas de poder. Em contraponto, práticas alternativas emergem como formas de resistência e transformação, reconhecendo o conflito como elemento central e buscando a emancipação social. Faria e Pontes (2016) destacam que, embora o planejamento não possa destruir as relações de poder, pode rearranjá-las por meio da transparência, do compartilhamento de informações e da problematização dos saberes técnicos e populares. Miraftab (2009) mobiliza o conceito de planejamento insurgente como resposta ao planejamento neoliberal, destacando sua natureza transgressora e contra-hegemônica. Diferente do planejamento inclusivo neoliberal – que coopta movimentos sociais para manter o status quo –, o planejamento insurgente fortalece a autonomia comunitária, criando alternativas à modernidade capitalista. Para Faria (2006), o planejamento deve ser uma prática social transformadora, com uma consciência crítica da realidade e a integração de saberes técnicos e populares, sem hierarquizá-los. Com uma abordagem dialógica, inspirada em Freire (1996), prioriza a problematização da realidade a partir de temas geradores, articulando contradições e fortalecendo a autonomia dos grupos marginalizados.

Na comunidade Maria Rosa do Contestado, o planejamento territorial surgiu como instrumento de luta pela terra, consolidando um projeto de RAP alternativo ao agronegócio regional, a partir da autonomia territorial da comunidade.



A importância desses aspectos na construção do desenho territorial da comunidade se destacou na possibilidade de fazer emergir e materializar a organização a partir da sua autonomia territorial, destacando-se diante do papel desmobilizador que os processos de planejamento dos PDAs tiveram em muitos assentamentos. Bertolini e Carneiro (2007) destacam que a perspectiva das instruções de planejamento do INCRA tem foco nos aspectos produtivos e uso dos recursos naturais considerando métodos de organização das moradias voltados ao lote individual, como o chamado “quadrado-burro”, historicamente desvinculado da complexidade do território (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019). Nessa lógica de planejamento se estabelece uma malha ortogonal sobre o terreno, “ignorando elementos naturais e os elementos potenciais de solidariedade, ajuda mútua e cooperação.” (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019, p.146). O “histórico de atuação governamental no planejamento do assentamento ocorre de forma impositiva, não havendo maior participação da comunidade local.” (BERTOLINI; CARNEIRO, 2007, p.207). No estado do Paraná, os...

[...] PDAs se constituíam como instrumento essencialmente tecnocrático, elaborado por profissionais da EMATER<sup>4</sup>, apresentando uma proposta de divisão dos lotes e do número de famílias que podiam ser assentadas, a partir de índices padronizados de produtividade e da área considerada disponível para produção na propriedade ocupada. Esta proposta geralmente contava com pouca participação dos assentados e não havia debate sobre alternativas de produção coletiva, utilização produtiva de áreas de preservação com manejo florestal e outras soluções que qualificassem o plano de assentamento. Neste contexto, lideranças e militantes do MST reivindicavam novas formas de planejamento (FARIA; PONTES, 2016, p.4).

A importância do planejamento para os assentamentos se evidencia na disputa que o MST busca fazer historicamente nesse processo. Após anos sofrendo com a desmobilização a partir dos processos tecnocráticos do INCRA, o movimento se reorganiza no fim dos anos 2000 para disputar o planejamento, realizando formações e criando cooperativas para a construção de PDAs nos assentamentos. O caderno de cooperação agrícola no 10 do MST, lançado em 2001 (CONCRAB, 2001), direciona lideranças dos acampamentos para a construção do projeto de novos assentamentos, “O que levar em conta para o novo assentamento” é o título do caderno. São sete ações básicas a serem debatidas entre os acampados e as acampadas que, de forma geral, coincidem com os levantamentos construídos na comunidade Maria Rosa do Contestado: 1) o sentido da organização coletiva; 2) a organização em núcleos

<sup>4</sup>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

de base; 3) a organização do sorteio das famílias para as áreas; 4) divisão dos trabalhos; 5) planejamento da produção; 6) planejamento da cooperativa; 7) continuidade da formação.

O documento ainda destaca a importância do controle político do corte do terreno, ou seja, o desenho e divisão das áreas, " [...] temos de ter o controle político sobre o projeto de assentamento e do corte da área pois ele será o motor das discussões internas do acampamento e a ferramenta para garantir o que foi discutido e aprovado na nossa base." (CONCRAB, 2001, p.8).

Nesse movimento, no estado do Paraná, houve a atuação da Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) que surgiu em 2001, num contexto de difícil diálogo com o governo. Pereira (2023) destaca, a partir do diálogo com alguns integrantes da cooperativa, dimensões essenciais do seu processo alternativo de planejamento frente ao PDA convencional que consistia em...

[...] sistematizar os conhecimentos camponeses, que esse era um dos eixos principais do trabalho tanto na assistência técnica quanto do PDA: era ouvir as pessoas e sistematizar isso. Então era muito isso aí, a gente conseguiu se inserir nessa dinâmica e acho que a própria vivência que a gente tem até hoje é nesse sentido. De sistematizar os conhecimentos, de se inserir junto e de ouvir. De pegar nosso conhecimento técnico e trazer para a realidade do dia a dia (PIRES, 2021, p.16, *apud* PEREIRA, 2023, p.135).

Assim, o Planejamento Territorial Popular na Comunidade Maria Rosa do Contestado, aliando as perspectivas da extensão popular e do planejamento insurgente e conflitual, podem ser sintetizados e aprofundados no que Malheiro (2021) propõe de "ouvir o território". O autor compreende o território na reunião da diversidade da organização social com sentido político de resistência, onde o cuidado e o sentir a terra religam a comunidade com a natureza. "O território, nestes termos, assume o caráter de religar a comunidade à vida da terra e da natureza ou, em outras palavras, de naturalizar a humanização para dar humanidade à natureza que somos nós." (MALHEIRO, 2021, p.199). São territorialidades distintas que pluralizam a Geografia, e o planejamento, com outros modos de ser e se relacionar com a terra. "Ouvir o território (...) é fazer falar os saberes construídos por práticas que tomam o território como energia vital, é expressar as formas de uso, organização e significação dos espaços de e para a vida." (MALHEIRO, 2021, p.202). É por isso que o nosso papel, de certa forma, é realizar uma espécie de desconstrução da visão hegemônica (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2015, p.260, tradução própria). Nessa perspectiva, ocorreram 11 oficinas (Figura 1) de Planejamento Territorial Popular para a construção do desenho territorial da Comunidade Maria Rosa do Contestado.



**Figura 1 - Sequência de oficinas realizadas no processo de planejamento popular.**



Fonte: Cartilha final sistematizada pelo coletivo PLANTEAR, 2022.

A primeira fase do processo de planejamento teve foco nas áreas de moradia da comunidade. Com 6 oficinas foram debatidos com a comunidade desejos, sonhos e objetivos a partir do que já haviam construído no território, após quase 6 anos de acampamento. Foram evidenciados as múltiplas dimensões da vida no território construído, tendo como produto final o desenho e divisão dos lotes. A segunda fase foi dedicada a planejar o uso das áreas comunitárias onde se aprofundou nas ações e funções que, segundo a comunidade, fazem parte dessa construção. Nesse sentido aprofundamos nesse texto uma oficina de cada fase para evidenciar aspectos da construção do território na luta pela terra.

### **Multidimensionalidade e multiescalaridade do território, a 1a fase do Planejamento Territorial Popular da Comunidade Maria Rosa do Contestado**

Na primeira fase, destacamos a oficina de Cartografia Social (2a oficina) que evidencia a complexidade da construção do território. Fundamentada

na perspectiva do mapeamento coletivo (RISLER e AIRES, 2013) e da Nova Cartografia Social (ALMEIDA, 2013), prioriza a autonomia da comunidade na construção do mapa e na representação do território. “Os procedimentos na produção dos mapas obedecem, portanto, aos critérios de seleção dos próprios agentes sociais que indicam o que é mais relevante para constar das cartas que representam sua situação social.” (ALMEIDA, 2013, p.33). Por isso, a busca do desenho do território praticado implica a “construção de um mapa [que] constitui uma forma de desenvolver histórias coletivas em torno do comum, configurando uma plataforma que torna visíveis determinados encontros e consensos sem achatar as diversidades, uma vez que também são capturadas.” (RISLER e AIRES, 2013, p.8, tradução própria<sup>5</sup>). Essa perspectiva sintetiza um eixo central do processo na construção do desenho territorial.

O mapeamento é uma prática para derrubar barreiras e fronteiras, e permite nos encontrarmos em um território de cumplicidade e confiança. É também uma dinâmica através da qual vamos construindo e potencializando a difusão de novos paradigmas de interpretação da realidade (RISLER; AIRES, 2013, p.8, tradução própria<sup>6</sup>).

O debate da oficina (Figura 2) aconteceu a partir das perguntas “O que temos?”, pensando nas formas de organização e conflitos existentes, e “O que queremos?”, buscando soluções para os conflitos, a distribuição de futuros espaços de lazer ou identificando dificuldades em relação aos lugares, como por exemplo, a proximidade de um pátio de máquinas com tráfego de veículos pesados com uma escola.

O debate foi realizado em três grupos, cada um com dois núcleos de base (grupo de famílias)<sup>7</sup>, gerando sua própria sistematização cartográfica. Utilizamos imagens de satélite para dar suporte onde as cartografias se sobrepuseram evidenciando os usos do território e as possibilidades desejadas para organização territorial. A leitura e sistematização das cartografias mostraram a construção e o desejo de construir um território pautada em múltiplas dimensões da vida, a partir das relações em torno da moradia e do lote, de infraestruturas necessárias (para abastecimento de água e energia elétrica essencialmente), da organização da produção e criação de animais e

<sup>5</sup>La construcción de un mapa constituye una manera de elaborar relatos colectivos en torno a lo común, monta una plataforma que visibiliza ciertos encuentros y consensos sin aplanar las diversidades, pues también quedan plasmadas.

<sup>6</sup>El mapeo es una práctica para derribar barreras y fronteras, y permite encontrarnos en un territorio de complicidad y confianza. Es también una dinámica a través de la cual vamos construyendo y potenciando la difusión de nuevos paradigmas de interpretación de la realidad.

<sup>7</sup>Núcleos de base são uma forma de organização das famílias comum em acampamentos e assentamentos do MST reunidas em grupos menores, na Comunidade Maria Rosa do Contestado, seis núcleos de base reuniam aproximadamente 10 famílias.

do convívio social comunitário através da educação, saúde, lazer, e relações com o município e serviços necessários.

**Figura 2** - Registro dos momentos da cartografia social.



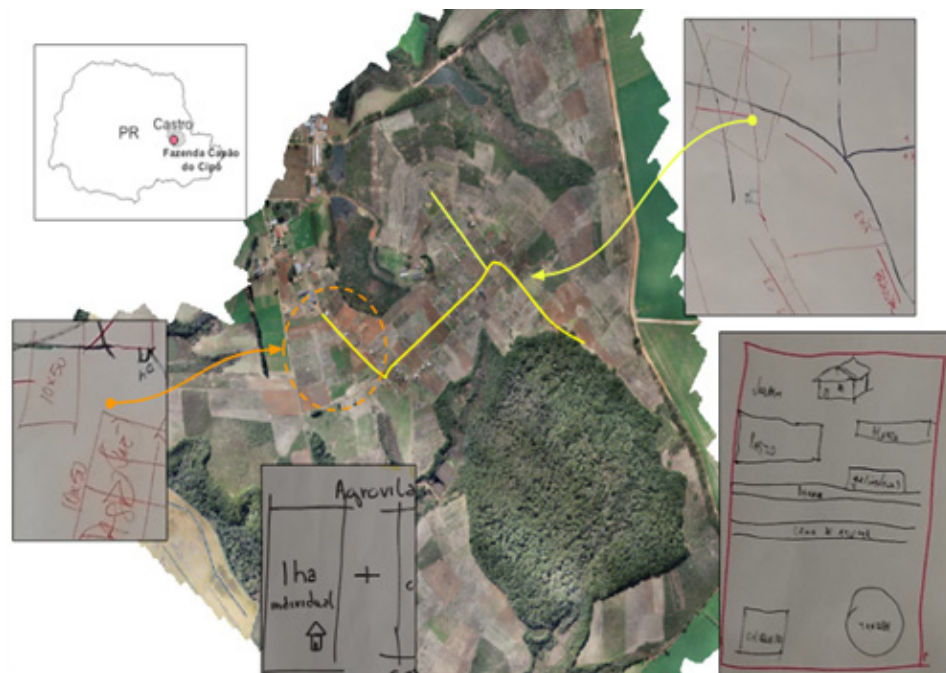
Fonte: Registos feitos pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

Surgiram questões sobre a organização dos lotes de moradia (Figura 3) onde apareceu a organização em agrovila, com quintais produtivos agroecológicos de 1 ha de área<sup>8</sup>, distribuídos ao longo da via principal existente. Também sugeriram lotes menores de 10 x 50 m pensando em pessoas que cumpririam funções não tão diretamente ligadas à produção agrícola na terra, como

<sup>8</sup>O tamanho do lote de moradia foi estabelecida a partir de uma discussão interna do MST que surgiu da preocupação com o arrendamento de lotes em assentamentos. Por um lado o 1 hectare de moradia buscava combater essa prática, mas, por outro lado, se insere na perspectiva de quintais produtivos que, dentro da perspectiva agroecológica, proporciona uma capacidade de geração de renda para a família que, aliada à cooperativa, potencializa a garantia da qualidade de vida no campo.

funcionários da agroindústria, professores ou médicos durante sua atuação no local. Uma preocupação que também apareceu foi a destinação desses lotes menores para pessoas idosas com pouca mobilidade, apontando a necessidade da proximidade às infraestruturas coletivas, um tema cada vez mais habitual dentro da reforma agrária.

**Figura 3** – Detalhes da cartografia social sobre o lote de 1 ha e sua relação na imagem de satélite.



Fonte: Organizados pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR (2021).

As moradias do acampamento se concentravam ao longo da estrada principal (linha amarela na Figura 4) sendo uma referência para imaginar possíveis organizações do território. Também debateram a localização da casa nos terrenos, nos fundos, no meio ou na frente, mobilizando questões de acessibilidade e segurança, relações de vizinhança, de se organizar para dentro do lote e relação com os outros lugares da área (vias, floresta, açudes, centro comunitário). A reorganização dos lotes para moradia, aconteceria por sorteio, surgindo a preocupação e o cuidado com aqueles que já haviam investido recursos na sua área dando preferência para quem estivesse há mais tempo no acampamento e já estivesse produzindo.

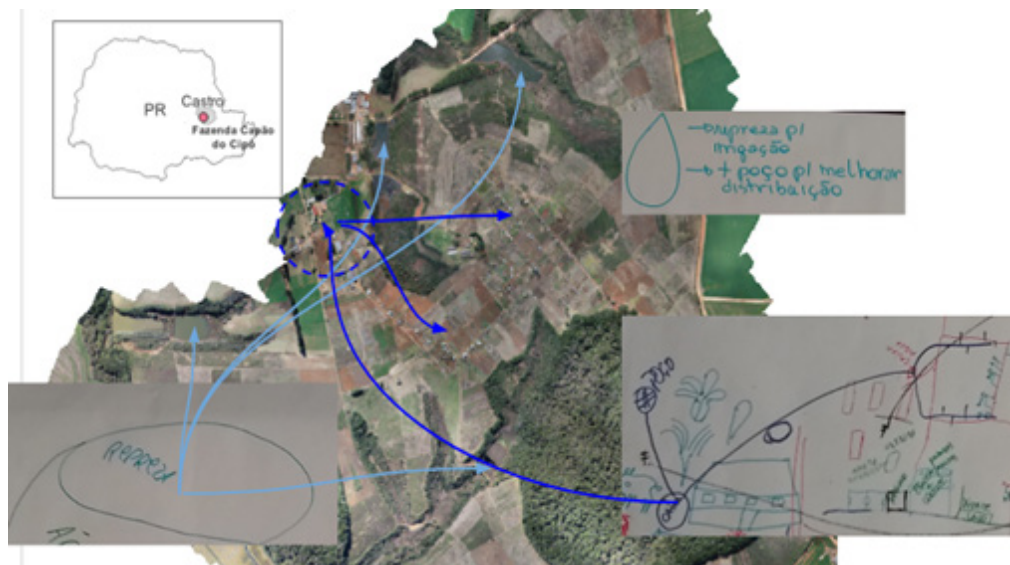
Quanto ao abastecimento de água (Figuras 4 e 5), feito por um poço artesiano



e uma caixa d'água, manifestaram a necessidade em abrir mais poços. Em toda a área, marcaram cerca de sete represas e algumas nascentes no acampamento, utilizados para lazer e irrigação da produção. O manejo do esgoto se dava a partir de fossas.

Quanto à produção (Figura 6), foram apontadas duas áreas de produção coletiva e mecanizada, de feijão, mais ao norte/nordeste da área, e, mais ao sul/sudoeste, de milho crioulo, com barreiras de proteção<sup>9</sup>. Essas áreas funcionam na sua maior parte como uma extensão da produção individual, organizada pelo setor de produção do acampamento de acordo com a capacidade de cada família, mas também com duas áreas menores de trabalho coletivo para doações. Essas áreas, mais ao norte e nordeste, sofrem impactos da deriva de agrotóxicos da área vizinha. Pensando para o futuro, marcaram a necessidade de estruturas como secador e moega na área coletiva junto à agroindústria (pátio industrial).

**Figura 4** – Detalhes destacados do abastecimento e uso da água e sua marcação na imagem de satélite.



Fonte: Organizados pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR (2021).

<sup>9</sup>A comunidade estava inserida no circuito de sementes crioulas do Coletivo Triunfo, que é um grupo de famílias agricultoras/guardiãs e organizações do campo, que atuam na promoção da Agroecologia, ligados às ações e programas da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, associação civil sem fins lucrativos que atua para o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento. Para saber mais: <https://aspta.org.br/>

**Figura 5** – Detalhes do abastecimento de energia e referência na imagem de satélite.



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.

**Figura 6** – Detalhes da produção e referência na imagem de satélite.



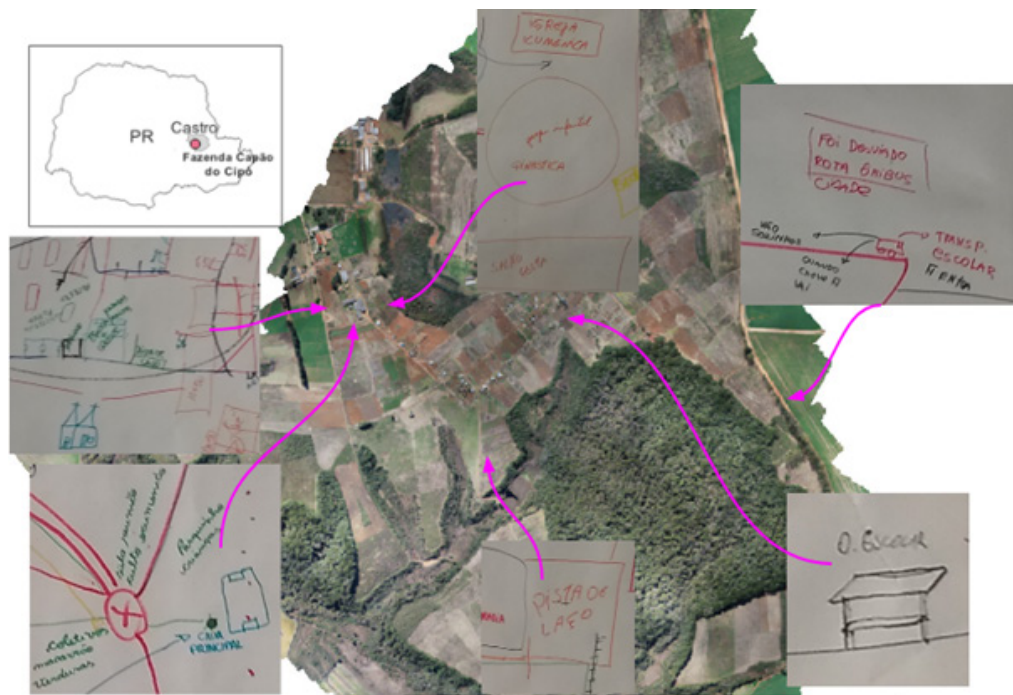
Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.



**Figura 7** – Detalhes da criação de animais e referência na imagem de satélite.



**Figura 8** – Detalhes das funções comunitárias e conflitos e referência na imagem de satélite.



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.

Com a oficina de cartografia social foram levantados múltiplos aspectos que acolheram a diversidade de estruturas e funções que a organização territorial da comunidade pôde e precisa construir. As diversas dimensões e relações desenhadas na cartografia social evidenciaram um arranjo multiescalar do território, ou seja, mobilizaram dimensões de ser e estar desde os corpos das famílias, dos lotes, do comunitário, do acampamento e futuro assentamento, do MST, do município e da política de Reforma Agrária. Enquanto a priorização da produtividade, como em um PDA convencional, fecha as possibilidades e distorce a realidade impondo um projeto distante da complexidade da realidade, a escuta do território lida com essa perspectiva multidimensional e multiescalar que é aprofundada e relacionada no desenho territorial ao longo das oficinas.

Esses levantamentos dialogam com os pilares da RAP (MST, 2025). No seu programa de 2025, o Movimento propõe que os “acampamentos e assentamentos precisam ser territórios livres de exploração, violência, dominação e injustiças, controlados pelo povo, onde todas e todos tenham uma

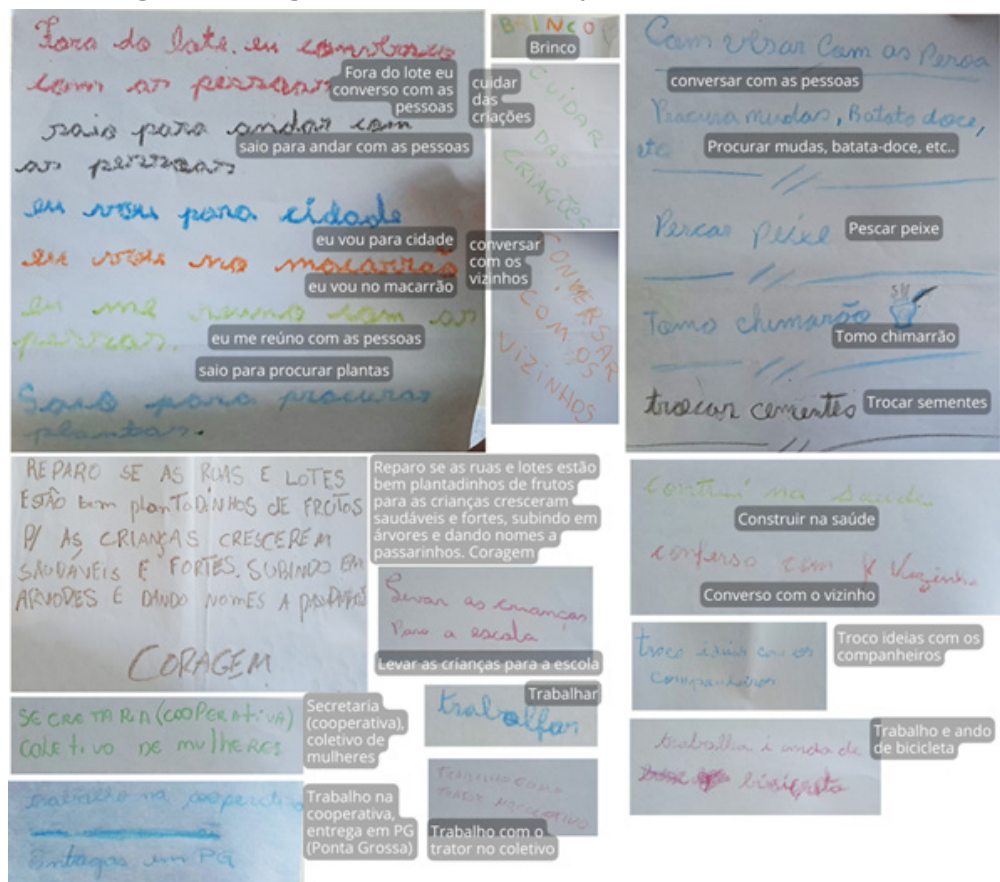
vida boa e saudável.” (MST, 2025, p.43). A RAP tem como pilares: 1) a luta pela terra e território; 2) a defesa da natureza; 3) produção de alimentos saudáveis e massificação da agroecologia; 4) o plantio permanente de árvores e cuidado com os bens comuns da natureza; 5) a mecanização da agricultura camponesa e familiar; 6) a cooperação, combatendo a ideologia do individualismo e da meritocracia; 7) energia e mineração, a partir de outra forma de relação humano-natureza; 8) educação e escola, emancipatória, vinculada à vida social; 9) saúde, integral e transversal às diversas dimensões da vida nos territórios; 10 cultura e arte, confrontando o imaginário violento do agronegócio; 11) solidariedade como forma de vivenciar uma nova sociedade. São pilares que se desdobram em outros elementos do programa agrário e amplia e complexifica as dimensões da luta pela terra e pelo território, dimensões que se destacaram no processo de planejamento no acampamento Maria Rosa do Contestado em alto grau de consolidação e materialidade no território da comunidade.

Se evidencia assim uma perspectiva de luta por terra e território. Por um meio de produção, renda e dignidade, mas também de identificação com a natureza por meio da agroecologia, de criação de relações comunitárias, de reconhecimento das diversidades, etc. Uma proposta que já vem sendo enunciada pela Teia dos Povos, desde 2012, onde o território, para além da cerca da terra, é um lugar de símbolos, de acolhimento, de vida abundante. Ferreira e Felício (2021) destacam também a importância da autonomia, nessa articulação da luta por terra e território, diminuindo a dependência do Estado com territórios que garantem a manutenção da vida, construindo soberania hídrica, alimentar, de trabalho e renda, pedagógica, energética e de autodefesa (de maneira ampla). Foram dimensões cartografadas com a Comunidade Maria Rosa do Contestado, que evidenciaram a construção do seu território, implicando na diversidade de dimensões e escalas da vida no acampamento.

Relações, ações e funções nos múltiplos sentidos do comunitário, a 2a fase do Planejamento Territorial Popular da Comunidade Maria Rosa do Contestado

Nessa segunda fase do planejamento, onde trabalhamos o uso de áreas comunitárias, buscamos levantar as ações que a comunidade fazia e sua relação com o uso do território na consolidação da comunidade. Na 1a oficina dessa fase (ou 7a no total) realizamos um debate sobre as atividades que cada um fazia fora do lote e sua percepção sobre o que os outros também faziam (Figura 9). Assim se evidenciaram a importância da relação entre vizinhos, da conversa, do trabalho para além do lote, dinamizando os espaços coletivos e outras ações diversificadas como brincar, procurar mudas e sementes, zelar pela organização das áreas de moradia pensando no futuro, oferecer melhores espaços para o lazer e a formação das crianças, adequar, acondicionar as vias para poder usar a bicicleta em segurança.

Figura 9 – Registros de atividades que se fazem fora do lote.



Fonte: Registros do Coletivo PLANTEAR, 2022.

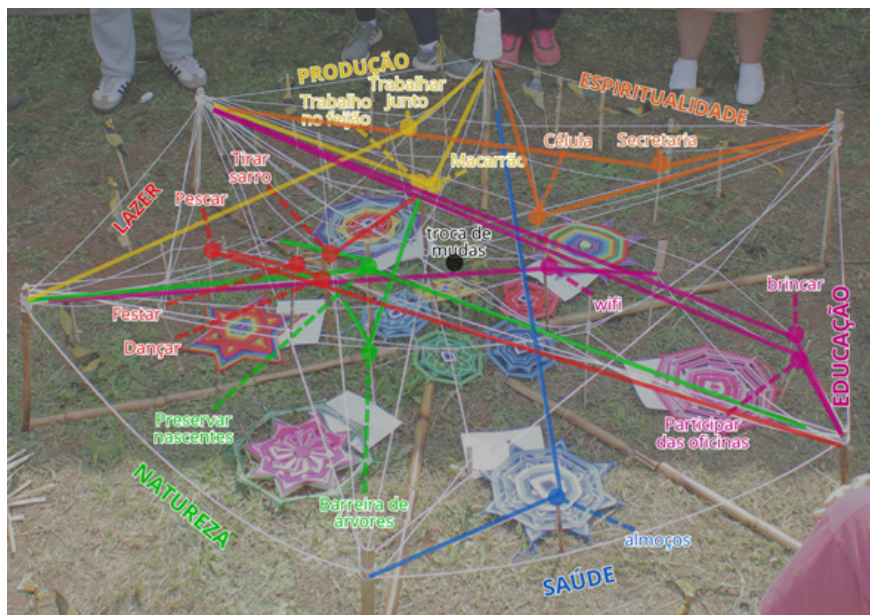
A partir dessas ações, buscamos entender as relações com os setores de organização da comunidade já em funcionamento (saúde, educação, lazer, produção, natureza e espiritualidade), buscando construir um consenso com a comunidade. A visualização dessas relações entre as atividades concretas (ações) e dimensões da comunidade (funções) foi feita através de uma dinâmica de construção de uma “mandala”<sup>10</sup> (Figura 10). Utilizando estacas de bambu foi estruturado uma representação das funções relacionadas aos setores de organização da comunidade. Sobre cada setor o grupo participante foi colocando estacas de bambu representando as ações descritas para relacionar

<sup>10</sup>A visualização foi pensada a partir do formato de um gráfico de “Teia de aranha” onde se relacionam múltiplas dimensões e diferentes intensidades, o formato de “mandala” surgiu a partir de uma adaptação relacionada a produção de mandalas artesanais da comunidade



com uma função específica, complementando a relação com outras funções através de fio barbante que conectava as ações e funções. Ao final construiu-se uma visualização lúdica das relações que construíam o comunitário de acordo com a perspectiva da comunidade.

**Figura 10** – Dinâmica das relações entre ações e funções da mandala.



Fonte: Registros do Coletivo PLANTEAR, 2022.

Na medida em que o grupo ia relacionando as ações às funções foi-se evidenciando que uma ação mobilizou mais de uma função em escalas diferentes (Quadro 1). Por exemplo, a atividade na secretaria estava relacionada à espiritualidade e à função de produção, pois, na medida que afetava a saúde mental e emocional, entendida como espiritualidade, era essencial na organização da produção. Os almoços foram relacionados à saúde (como alimentação saudável) e à produção. O uso do wi-fi como educação e lazer, a pesca como lazer e saúde, pois melhorava a saúde mental das pessoas. A troca de mudas foi relacionada a todas as funções.

A "Produção", convencionalmente olhada sob uma racionalidade capitalista da renda, se relaciona à "Espiritualidade", "Saúde", "Lazer" e "Natureza". A "Espiritualidade" com a "Produção" e a "Educação", a "Saúde" com "Lazer" e "Produção", a "Educação" com "Lazer", "Natureza" e "Espiritualidade", o "Lazer" com "Produção", "Saúde", "Educação" e "Natureza". Sem esgotar as relações possíveis na construção do seu território, a dinâmica evidenciou a sua

multidimensionalidade e a multiescalaridade das relações na construção da no território.

**Quadro 1 – Sistematização das ações e funções relacionadas na Mandala.**

Produção	Espiritualidade	Saúde	Educação	Lazer	Natureza	Para deixar fora da comunidade	
Plantio coletivo	Secretaria (afeta negativamente a espiritualidade de quem trabalha com tanta demanda)	Pescar e cuidar da água	Win	Festas	Barreira de Árvores	Bolsonaro	holandeses
Ajudar na cozinha	Célula (grupo de estudos)	Almoços	Brincar	Dançar	Preservar nascente	individualismo	agrotóxico
Macarrão			Participar das oficinas	Tirar sarro		drogas	machismo
Trabalho no feijão				Nadar		abuso infantil	
Fazer entrega						abuso sexual	
Trabalhar junto						intolerância	
Troca de mudas							

Fonte: Adaptado a partir dos materiais do Coletivo PLANTEAR, 2022.

Todas as discussões e entendimentos construídos junto à comunidade fundamentaram a proposta do desenho territorial como produto do Planejamento Territorial Popular, como materialização da organização territorial pautada pela autonomia da comunidade.

### Entrega da proposta de planejamento e o reconhecimento do Assentamento maria Rosa do Contestado

Em março de 2023, foi entregue para a comunidade uma cartilha final com a síntese de todo o processo. O conteúdo da cartilha sintetizava a construção do processo e apresentava as dimensões que fundamentam a proposta de planejamento.

A proposta das áreas de moradia sintetizou questões socioeconômicas pensando no modo de vida agroecológico, com lotes de 1 ha como quintais produtivos que garantem renda suficiente às famílias. Além disso, o tamanho dessas áreas se alinhava a direcionamentos estratégicos do MST, tanto na dimensão política contra o arrendamento e fortalecimento da agroecologia, quanto na organização interna de assentamentos. Portanto as áreas de moradia não estão isoladas umas das outras nem das outras áreas (reservas, vias, açudes, centro comunitário, área de produção coletiva), mas constituem uma rede de relações sociais que constroem o território.



**Figura 11** – Cartilha final entregue para as famílias da comunidade.



Fonte: PLANTEAR, 2022.

Dos aspectos concretos do desenho territorial as áreas foram distribuídas ao longo da via principal existente dialogando com a configuração territorial pré-estabelecida pelas famílias, agregando as discussões das oficinas e considerando aspectos físicos do relevo do terreno. Assim se deu prioridade das áreas planas, com a sugestão de fortalecer e implementar a continuidade das manchas de vegetação para proteção em barreira contra contaminação do entorno e aproveitamento dos mananciais próximos às áreas comunitárias para lazer e conforto ambiental.

A configuração das vias foi pensada para a integração dos lotes, garantindo que todos tivessem a frente do terreno voltada às mesmas. A proposta incorporou a sugestão de lotes próximos à área comunitária existente para se pensar a possibilidade do lote coletivo com áreas de moradia para pessoas idosas e com funções mais ligadas ao comunitário, ou temporárias, buscando garantir a segurança em função da proximidade. Nesse sentido, sugeriu-se também o estabelecimento de uma via veículos pesados contornando a área comunitária.

Assim destacamos que essa proposta não se consolida como algo isolado no território e auto suficiente, separando o que está dentro do 1 hectare do que está fora. Sob uma lógica dualista, onde o lote é separado das múltiplas relações estabelecidas com o território, o seu desenho pode ser encarado como um espaço definido e replicável como modelo em outros contextos. Porém construímos essa proposta dentro de uma rede de relações que, no

contexto da Comunidade Maria Rosa do Contestado, se beneficia das áreas comunitárias, de áreas de produção coletiva, das áreas de reserva comum, dos recursos naturais de toda a área, da malha viária interna e externa que conecta ao município, ou seja, uma proposta de organização de moradias estreitamente ligada à organização da comunidade no seu contexto específico de modo que a lógica de replicá-la como modelo não se realiza.

**Figura 12** – Mapa final da proposta de desenho territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado.



Fonte: PLANTEAR, 2022.

A entrega da cartilha se deu no contexto de um ato político no acampamento, com a participação do superintendente do INCRA e de outras autoridades políticas, nesse momento com uma conjuntura política que tinha mudado consideravelmente após as eleições de 2022, e com a política de Reforma Agrária de novo na agenda institucional. A proposta foi recebida positivamente pelo superintendente que na ocasião anunciou a implementação futura do assentamento. A proposta seguiu as orientações e intenções das famílias e do MST em continuar com o uso compartilhado da área que foi a solução determinada para o encerramento do conflito e do processo jurídico.

A homologação do acordo aconteceu em dezembro de 2023.

Após a realização de várias reuniões e audiências, as controvérsias entre as partes foram ajustadas para que o CTP continue a realizar as suas atividades numa área de 150,08 hectares da propriedade. Enquanto que os dois terços restantes serão utilizados para o novo projeto de assentamento para fins de reforma agrária, como foco nas pequenas propriedades de área individualizada (aproximadamente 1 hectare), e as demais áreas são de reserva legal e de utilização coletiva. As parcerias [entre ambos] são incentivadas para o melhor aproveitamento do imóvel e para alcançar melhores e efetivos resultados. A integração entre as partes e os envolvidos, por meio de parcerias, serão fundamentais para o sucesso da iniciativa (TRF2, 2023).

Com um acordo do uso compartilhado, com parcerias entre o CTP e o assentamento, foi anunciado como o primeiro assentamento do recém criado programa Terra da Gente do governo federal<sup>11</sup>.

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de reforma agrária, o imóvel da União, constituído por um terreno rural, denominada Fazenda Capão do Cipó

[...]

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação do Assentamento de Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, com previsão de assentamento de 63 famílias (UNIÃO, 2024).

<sup>11</sup> Agência Gov. Programa Terra da Gente tem primeira área destinada para assentar famílias no Paraná Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/terra-da-gente-tem-primeira-area-de-reforma-agraria-para-assentar-63-familias-no-parana>. Acessado em 7 de julho de 2025.

No mesmo mês da homologação do acordo a comunidade celebrou o fim do processo jurídico e o reconhecimento oficial do assentamento, inaugurando a placa oficial (Figura 13).

**Figura 13** - Inauguração da placa e celebração da conquista do assentamento Maria Rosa do Contestado<sup>12</sup> (na parte inferior da imagem, da esquerda para a direita, a liderança da comunidade Rosane Mainardes, o Bispo de Ponta Grossa, Dom Sergio Arthur Braschi, e o Superintendente do Incra-PR, Nilton Bezerra Guedes).



Fonte: Foto de Juliana Barbosa, setor de comunicação do MST-PR.

A celebração foi marco de uma luta iniciada há oito anos onde as famílias acampadas não esperaram o reconhecimento formal para se consolidarem no território. No momento da conquista do assentamento a comunidade já contava com uma produção agroecológica ativa e consolidada, cooperativa, agroindústria, e relações sociais materializadas no território cujo planejamento construída desde a sua autonomia, onde se reconheceram, a partir do que já haviam construído mas do que também queriam construir, e foram reconhecidos. Dessa maneira mostraram que a construção do território também é uma estratégia efetiva na luta pela terra.

<sup>12</sup>Mais sobre a festa da conquista do assentamento pode ser assistido no mini documentário produzido pelo coletivo PLANTEAR, "DOCUMENTÁRIO PLANTEAR - MARIA ROSA DO CONTESTADO". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GtXaZ6j7Re4>. Acesso em: 7 de jul. 2025.



### Considerações finais

O território não é uma novidade na compreensão da luta pela terra, mas acompanhar a construção e a conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado através da assessoria e planejamento territorial popular pela extensão universitária permitiu perceber uma ampliação daquele conceito na sua complexidade, na sua multiescalaridade e multidimensionalidade, tornando-se um caminho de defesa concreto da RAP. Um caminho apontado inicialmente pelo impacto que os estudos técnicos tiveram nos olhares institucionais, ao aproximarem a realidade do território dos operadores do direito fundiário, favorecendo a defesa da permanência da comunidade. Caminho que se evidenciou também no fortalecimento da organização territorial da comunidade através do planejamento popular, sistematizado no desenho territorial, ampliando a perspectiva e a potencialidade do território na luta pela terra, mostrando a possibilidade de reivindicar e viabilizar uma outra perspectiva de Reforma Agrária, popular, comunitária, agroecológica e territorial.

Por outro lado, também mostrou outra perspectiva para a implementação e criação de assentamentos, onde o planejamento é pautado pela autonomia territorial da comunidade, na escuta do território, e não pelos aspectos técnicos voltados à dimensão econômica e produtiva da vida e, por isso, exige um processo envolvido com a comunidade em seu território. Nesse sentido, a divisão dos lotes de 1 ha ganha muito mais sentidos e significados, relacionais, não sendo um recorte isolado de toda a trama de relações sociais, de lazer, cultura, saúde, produção e natureza que compõem a multiplicidade e multiescalaridade da vida. Por isso marcamos esse processo relacional como desenho territorial, como parte de uma perspectiva de Planejamento Territorial Popular que não se separa da comunidade que o constrói.

A construção do território como forma de luta pela terra e/ou reivindicação da Reforma Agrária está longe de apresentar uma solução para a questão, os conflitos e desafios continuam após a conquista, como luta para permanecer no assentamento como, por exemplo, na implementação de políticas que incentivem e viabilizem a sua consolidação. A conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado indica que essa luta pode ser fortalecida com a autonomia da organização territorial das famílias sem-terra, sem necessariamente esperar a formalidade institucional. Porém não significa a isenção do Estado na sua obrigação de implementar a Reforma Agrária, mas sim a indicação de que essa política pode se beneficiar de um processo que se aproxima do território construído e sonhado pelas famílias. É um caminho que complexifica os desafios de reivindicar a Reforma Agrária e que se soma e mantém viva e diversa a histórica luta pela terra promovida pelo MST.

## Referências

- ALMEIDA, A. W. B. de. Nova Cartografia Social da Amazônia. *In*: Almeida, A. W. B. de; JUNIOR, E. de A. F. **Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social**. Manaus, 2013, p. 24-33.
- BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. **Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno**. *Libertas*, Juiz de Fora, MG, 2007, p. 202-226.
- CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Caderno de Cooperação Agrícola, n.10, 2001, 40 p.
- FABRINI, J. E. Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo. *Revista da ANPEGE*, 2011, v. 7, n. 7, p. 97-112.
- FARIA, J. R. V. Planejamento Participativo e Pedagogia da Autonomia. **Anais... X Colóquio Internacional sobre Poder Local**, Salvador, CIAGS, UFBA, 2006.
- FARIA, J. R. V.; PONTES, D. R. Planejamento militante: trajetória e instantâneos da experiência da Ambiens Sociedade Cooperativa. *In*: OLIVEIRA et al. (Org.). **Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta**, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2016, p.1-20.
- FERNANDES, B. M. de S. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-98, 2000.
- FERNANDES, B. M. de S. Entrando nos Territórios do Território. *In*: FERNANDES, B. M. de S. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese de livre docência, Presidente Prudente, 2013, v.1, p.190-220.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, 7a edição, Paz e Terra, 1983, 65p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996, 76p.
- HORA, K. E. R; MAURO, R. A; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. *Revista NERA*, Presidente Prudente, 2019, v. 22, n. 49, p. 140-167.
- MALHEIRO, B. Ouvir o território e pensar por outras (geo)grafias: territorialidades em r-existência à mineração na Amazônia. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 15, n. 3, 2021, p. 188-205.
- MELO, J. F. de. **Extensão popular**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014, 122p.
- MIRAFETAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Sage Journals*, v. 6, n. 1, Urbana, Illinois, 2009, p. 32-50.
- OLIVEIRA, M. L. C. L. de. A transdisciplinaridade na construção de um território do esperar. *In*: HAESBAERT, R; BARTHOL, T; ROCHA, W. S. da; BARCELLOS, D. (Orgs.).



**Territórios, Re-existências e Afetos, NUREG - Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização - 30 anos.** Universidade Federal Fluminense, Editora Consequência, Rio de Janeiro, RJ, 2a edição, 2024, p.271-294.

**MST. Programa de Reforma Agrária Popular.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2025, 76 p.

PEREIRA, I. B. F. **A centralidade da vida no(s) planejamento(s) dos territórios de Reforma Agrária: Experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Paraná.** Dissertação de Mestrado, UFPR, 2023, Curitiba, PR, 274 p.

PONTES, D. R; MONTENEGRO GÓMEZ, J. R; FARIA, J. R. V; ANDREOLI, M; PAZELLO, R. P; SOARES, G. S; WASSMANSDORF, V. E; ESTECHE, B. G; LAMBERT, D. **Estudo Técnico de Análise sobre Planejamento Compartilhado de Uso e Ocupação do Solo Área: Maria Rosa do Contestado Município de Castro/PR.** Universidade Federal do Paraná, 2020, 72 f. Disponível em: <https://encurtador.com.br/g5WC5> Acessado em: 03/05/2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W; AICHINO, G. L; CORREA, A; MARTÍNEZ, J. J. H; PALLADINO, L; PEDRAZZANI, C. E; ENSABELLA, B. **Geo-grafias con Carlos Walter Porto-Gonçalves.** Cardinalis, n. 4, 2015, p.241-263.

RIGOTTO, R. M; LEÃO, F. A. F; MELO, R. D. de. A Pedagogia do Território: Desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do núcleo tramas. *In:* RIGOTTO, R; AGUIAR, A. C. P; RIBEIRO, L. A. D. (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias.** Fortaleza, Edições UFC, 2018. p. 345-396.

RISLER, J; AIRES, P. **Manual de mapeo colectivo: Recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa.** Buenos Aires, Tinta Limón, novembro de 2013, 84p.

ROOS, D. A disputa pelo território: Agricultura Camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. **Anais...** XIII Jornada do Trabalho, Pres. Prudente, SP, 2012, 12 p.

TRF2. **Justiça Federal homologa acordo entre o INCRA e o CTP para resolver os conflitos fundiários na região de Castro(PR).** Disponível em: <https://www10.trf2.jus.br/portal/justica-federal-homologa-acordo-entre-o-incra-e-o-ctp-para-resolver-os-conflitos-fundiarios-na-regiao-de-castropr/> Acesso em: 09 maio 2024.

UEPG, Agencia De Jornalismo. **Doze meses de Resistência: A terra como horizonte de vida.** Youtube, 2017, 1 vídeo (46 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6WcTMx4a-N4>. Acessado em 14 de julho de 2025.

UNIÃO, Diário Oficial. **Portaria SPU/MGI N° 2.577**, de 22 de abril de 2024. Edição 85, Seção 1, p.63.